

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.523 - PR (2020/0254042-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : LUCIA HELENA CACHOEIRA E OUTRO(S) - PR048876
AGRAVADO : EDSON ILYDIO DA SILVA
ADVOGADO : JEFFERSON ISSAO CUPERTINO IMAI - PR043404

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DO PARANÁ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE COBRANÇA CC OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ALEGAÇÃO DE OMISSÃO RECURSO INADEQUADO DEVE O RECORRENTE OPOR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART 1022 INC II DO CPC IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA À LUZ DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE CASO O RECURSO FOSSE CONHECIDO E PROVIDO INCORRERIA EM SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA ERRO GROSSEIRO RECURSO NÃO CONHECIDO.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do arts. 1.015 e 1.022 do CPC, no que concerne à ausência de necessidade de opor embargos de declaração como etapa prévia a conhecimento do recurso cabível perante a segunda instância, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Em sede de Agravo Interno, o Tribunal de Justiça do Paraná deixou de conhecer do Agravo de Instrumento interposto pelo Estado, no qual se postulou a fixação de honorários advocatícios, por força da procedência da impugnação ao cumprimento de sentença, apresentada pela Fazenda Pública. Nas razões da decisão recorrida, o Tribunal de Justiça reputou que o conhecimento do vício apontado (ausência de fixação de honorários) deveria ter sido objeto de embargos de declaração, de modo que o conhecimento do agravo de instrumento em referência supostamente implicaria supressão de instância, eis que a omissão apontada não foi arguida em primeiro grau. A decisão está equivocada e viola diretamente não apenas o artigo 1.022 do Código de Processo Civil, como também o artigo 1.015 do

Código de Processo Civil. Isto porque não se extrai da exegese de referidas normas a necessidade de oposição de embargos de declaração como etapa prévia a conhecimento do recurso cabível perante a segunda instância, como o fez o Tribunal de Justiça do Paraná (fls. 101).

Significa dizer que, por via transversa, o Tribunal de Justiça acabou por condicionar, sim, o conhecimento do vício apontado no agravo de instrumento qual seja, a ausência fixação de honorários advocatícios - à prévia oposição de embargos de declaração perante a primeira instância. Evidente a malversação da finalidade do artigo 1.022 do Código de Processo Civil (fls. 102).

A rigor, como se disse nas razões de Agravo Interno, a parte não é obrigada a opor embargos de declaração para corrigir decisão de primeira instância viciada por omissão, máxime quando a omissão consiste na ausência de aplicação de norma impositiva do Código de Processo Civil, que é a fixação de honorários advocatícios, não realizada pelo MM. Juízo de primeiro grau (fls. 102).

Inegável, assim, também a violação ao artigo 1.015 do Código de Processo Civil, modalidade recursal cabível de imediato contra a decisão de primeira instância que, no caso, deixou de fixar honorários advocatícios. Por fim, não há se falar em supressão de instância, pois o vício que se pretende suplantar não diz com fatos, mas com a aplicação do artigo 85 do Código de Processo Civil e com a necessidade de fixação de honorários advocatícios, indevidamente olvidada pelo MM. Juízo de primeiro grau (fls. 103).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois, nas razões do recurso especial, não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia” (AgInt no AREsp n. 1.558.460/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma,

Superior Tribunal de Justiça

DJe de 11/3/2020.)

Confiram-se também os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgInt no REsp n. 1.679.614/PE, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 18/9/2017; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente